



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ - UNIFESSPA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019**

(Processo Administrativo nº 23479.000262/2019-71)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa, que por meio da Divisão de Compras e Serviços, sediado(a) Avenida dos Ipês, s/n – Cidade Universitária – Loteamento Cidade Jardim – Marabá – Pará, realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo menor preço **POR GRUPO E POR ITEM** nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 01 de outubro de 2019.

Horário: 08h40min (horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E ACADEMICAS DA UNIFESSPA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por dois ou mais itens e por itens avulsos, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos e itens forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os grupos e itens pretendidos.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 3.1. O órgão gerenciador será a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa - UASG: 158718.

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.4. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.
- 4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



- 4.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

- 5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 5.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 5.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 5.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 5.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 5.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 5.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 5.3.5. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 5.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 5.3.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 5.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 5.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 5.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 5.4.1.2. a assinalação do campo “não”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que a licitante seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 5.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 5.4.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 5.4.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.4.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 5.4.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.4.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.



- 5.4.8. que cumpre os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 6.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 6.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.6.1. Valor unitário e total do item;
- 6.6.2. A quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;
- 6.6.2.1. Em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.
- 6.6.3. Marca;
- 6.6.4. Fabricante;
- 6.6.5. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 6.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.
- 6.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.9.2. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.
- 6.9.3. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário);
- 6.9.3.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
 - 7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
 - 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 7.9. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com o subitem anterior deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
 - 7.9.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 7.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.13. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 7.14. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.15. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.17. Em relação aos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes



qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 7.17.1. Nessas condições, caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.18. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
 - 7.18.1. Caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
 - 7.18.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
 - 7.18.3. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 7.19. Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.
- 7.20. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens fornecidos:
 - 7.20.1. por empresas brasileiras;
 - 7.20.2. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.20.3. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.21. Persistindo o empate entre propostas, será aplicado o sorteio como critério de desempate.
- 7.22. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 7.23. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 7.25. PARA A AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO, DEFINIDOS NO ART. 16-A DA LEI Nº 8.248, DE 1991, SERÁ ASSEGURADO O DIREITO DE PREFERÊNCIA PREVISTO NO SEU ARTIGO 3º, CONFORME PROCEDIMENTO ESTABELECIDO NOS ARTIGOS 5º E 8º DO DECRETO Nº 7.174, DE 2010.**
 - 7.25.1. NAS CONTRATAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.248, DE 1991, AS LICITANTES QUALIFICADAS COMO MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE QUE FIZEREM JUS AO DIREITO DE PREFERÊNCIA PREVISTO NO DECRETO Nº 7.174, DE 2010, TERÃO PRIORIDADE NO EXERCÍCIO DESSE BENEFÍCIO EM RELAÇÃO ÀS MÉDIAS E ÀS GRANDES EMPRESAS NA MESMA SITUAÇÃO.**



- 7.25.2. QUANDO APLICADA A MARGEM DE PREFERÊNCIA A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 7.546, DE 2 DE AGOSTO DE 2011, NÃO SE APLICARÁ O DESEMPATE PREVISTO NO DECRETO Nº 7.174, DE 2010.
- 7.25.3. A APLICABILIDADE DO DECRETO Nº 7.174, DE 2010, SERÁ REALIZADO MANUALMENTE PELO PREGOEIRO APÓS A FASE DE LANCES E ANTES DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA VIA SISTEMA COMPRASNET.
- 7.25.4. A COMPROVAÇÃO DA AUTO-DECLARAÇÃO DOS LICITANTES DE QUE POSSUEM O (OS) CERTIFICADOS, SERÁ SOLICITADO PREVIAMENTE POR MEIO DE CHAT, ASSIM QUE TERMINADA A FASE DE LANCES.
- 7.26. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.
- 7.26.1. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.27. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 7.27.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.3. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 8.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.5.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 8.5.2. A Proposta de Preços Formal, encaminhada pelo módulo convoca anexo do sistema COMPRASNET, deverá conter:
- 8.5.2.1. **Catálogo do fabricante** que possam comprovar que o material atende as exigências do edital;
- 8.5.2.2. **Especificação detalhada do objeto de forma precisa, suficiente e clara** – não será aceita a especificação que constar a expressão “conforme o edital” ou



denominação parecida, em substituição a especificação completa, que não especifique detalhadamente o objeto, quantidade solicitada, país de procedência, marca, forma de apresentação, embalagem, fabricante, período de validade da proposta, prazo de entrega ou execução do objeto desta licitação, período de garantia e declarações exigíveis, bem como qualquer outra exigência deste edital para fins de aceitação da proposta, de acordo com o Anexo I deste Edital;

- 8.5.2.3. **Valor Unitário e total por Item bem como o Valor Total do Lote** (quando for o caso), em conformidade com o último lance ofertado, expresso, numericamente e por extenso, em moeda corrente nacional;
 - 8.5.2.4. **O preço proposto por Item não poderá ser superior ao estimado no Termo de Referência** (Anexo I), valor máximo estabelecido com base no inciso X do art. 40 da Lei n. 8.666/93.
 - 8.5.2.5. **Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considera-se –à tacitamente indicado este prazo;
 - 8.5.2.6. **Prazo de entrega de no máximo 30 (trinta) dias** a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento;
 - 8.5.2.7. **Garantia estabelecida pelo fabricante do produto**, contado da data do recebimento definitivo por esta Instituição.
 - 8.5.2.8. **Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas**, frete, tributos, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, transporte e seguro até o destino, lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, nada mais sendo válido pleitear a esse título, conforme modelo de proposta no Anexo IV;
 - 8.5.2.9. Os seguintes dados da licitante: **Razão Social, endereço, telefone/fax, endereço eletrônico número do CNPJ, nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente e praça de pagamento**;
 - 8.5.2.10. **Todos os preços deverão ser expressos em Real (R\$), com 02 (duas) casas decimais** e em hipótese alguma poderão ser maiores que o estimado.
 - 8.5.2.11. Não serão admitidas propostas que contenham exigência de faturamento mínimo.
- 8.6. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.
 - 8.7. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos do(s) Decreto(s) nº 8.184 e 8.194, de 2014.
 - 8.8. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
 - 8.8.1. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
 - 8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
 - 8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
 - 8.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.



- 8.11.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.12. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.13. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.1.1. SICAF;
- 9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- 9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- 9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.1.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.1.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.1.8. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.1.9. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.1.10. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.1.11. Não ocorrendo inabilitação, o Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 9.1.12. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 9.1.13. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.



- 9.1.14. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de (.....) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.
- 9.1.15. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 9.2. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante.
- 9.3. Habilitação jurídica:**
- 9.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.3.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.3.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.3.6. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;
- 9.3.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 9.3.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 9.3.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 9.4. Regularidade fiscal e trabalhista:**
- 9.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



- 9.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.4.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.4.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.5. Qualificação econômico-financeira:

- 9.5.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 9.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - 9.5.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
 - 9.5.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
 - 9.5.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
 - 9.5.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 9.5.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSÍVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSÍVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

- 9.5.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

9.6. Qualificação Técnica:



- 9.6.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:
- 9.6.2. **Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.**
- 9.6.3. **Declaração de que a licitante não oferta produtos com materiais perigosos.**
- 9.7. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 9.8. **Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de até 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail licitacao@unifesspa.edu.br.**
- 9.8.1. **Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.**
- 9.8.2. **Endereço de envio: Folha 31 Quadra 07 Lote 100, Nova Marabá, CEP 68.507-590, Marabá-PA.**
- 9.8.3. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.8.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.8.5. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.9. Em relação às licitantes cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, o Pregoeiro consultará o referido Sistema em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
- 9.9.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 9.9.2. **Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.**
- 9.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.10.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.11. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.



- 9.12. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.15. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 9.17. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 11.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 11.2.2. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 11.2.3. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.



- 11.2.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 11.2.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12. DOS RECURSOS

- 12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **03 (três) dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **5 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.
- 14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



- 14.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 15.1. Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), no prazo de **10 (dez) dias** úteis contados de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 15.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 15.3. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta "online" ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 15.3.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até **05 (cinco) dias**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 15.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.
- 15.5. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 15.6. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 15.6.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
- 15.6.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 15.6.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 15.7. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

16. DO PREÇO

- 16.1. Os preços são fixos e irredutíveis.
- 16.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

17. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.



18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

- 19.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 19.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 19.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 19.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 19.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 19.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 19.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 19.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 19.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP, sendo:



EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$$I = \frac{(6 \div 100)}{365}$$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 20.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 20.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 20.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 20.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. As sanções estão previstas no Termo de Referência, anexo deste edital.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 22.1. Até **02 (dois) dias** úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@unifesspa.edu.br, ou por petição dirigida ou protocolada no Protocolo Central da UNIFESSPA no endereço Folha 31 Quadra 07 Lote Especial, Nova Marabá, CEP 68.507-590, Marabá-PA.
- 22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**.
- 22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 22.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
- 22.7.1. Para fins de regulamentação, considerar-se-á o horário comercial de 2ª a 6ª no horário de 08:30h às 17:30h para registro de pedidos de esclarecimento e impugnação, considerando-se intempestivos os pedidos registrados após o horário comercial.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



- 23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 23.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 23.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 23.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico licitacao@unifesspa.edu.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida dos Ipês, s/n, Cidade Universitária, Loteamento Cidade Jardim, sem CEP, Marabá-PA, na Divisão de Compras e Serviços – DICS/DCO/PROADI, nos dias úteis, no horário das 8h30min às 11h30min, e das 14h30min às 17h30min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 23.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 23.14.1. ANEXO I - Termo de Referência;**
 - 23.14.2. ANEXO II – Especificações Técnicas;**
 - 23.14.3. ANEXO III – Ata de Registro de Preços;**
 - 23.14.4. ANEXO IV - Modelo de Autorização de Fornecimento**
 - 23.14.5. ANEXO V – Modelo de Proposta;**

Marabá-PA, 19 de setembro de 2019.

ADM. JAIRO FABRÍCIO DA SILVA DE OLIVEIRA
PREGOEIRO





ANEXO I
TERMO DE REFERENCIA
PROCESSO 23479.00262/2019-71

1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1 A aquisição de materiais de processamento de dados para atender a Agenda de compras da Unifesspa.
- 1.2 O objeto a ser contratado se enquadra na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, de Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

2 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A Universidade Federal do Sul e Sudeste Do Pará no cumprimento de sua missão institucional precisa dispor de suprimentos adequados e compatíveis com as demandas de suas unidades acadêmicas e administrativas visando manter a instituição em pleno funcionamento, atendendo ao princípio da continuidade do serviço público.
- 2.2 Nesse contexto a Unifesspa através da Pró-reitoria de administração – Proad, realizou o levantamento das necessidades de cada uma de suas unidades e subunidades no que concerne a materiais de consumo de processamento de dados. Tal ação consiste no esforço que a Unifesspa tem empreendido no sentido atender à crescente demanda de materiais de consumo de forma unificada evitando fracionamento de despesas.
- 2.3 Esta iniciativa visa sobretudo gerar um conjunto de atas de registros de preços e disponibilizá-las no que se chama de agenda de compras, onde após a realização do processo licitatório cada unidade poderá realizar a suas efetivas aquisições.
- 2.4 Desse modo, cada unidade registrou suas demandas através do Sipac - Sistema Integrado De Patrimônio, Administração E Contratos da Unifesspa.
- 2.5 Especificamente sobre a aquisição de cartuchos e toners cumpre mencionar ainda que se encontra em implementação a solução de impressão corporativa, entretanto como trata-se de ação experimental, alguns setores não foram contemplados, como é o caso de locais onde o volume de impressão é muito baixo e localizados geograficamente distante dos postos de impressão (salas de professores etc.). A medida visa apenas garantir a continuidade do serviço público devendo quando possível unificar o serviço para solução de impressão corporativa que atenda a legislação vigente e as necessidades institucionais.
- 2.6 Adotar-se-á o sistema de registro de preços para a presente contratação em razão de: haver previsão de aquisições freqüentes dos materiais ora licitados, visando atender à necessidade de ressuprimento do estoque das unidades requisitantes, bem como devido a impossibilidade de determinação precisa do quantitativo de materiais a serem adquiridos pela Unifesspa, especialmente em função da equação: **recursos orçamentários disponíveis/preço de venda final, objetivando-se possibilitar à instituição o melhor aproveitamento desses recursos.**

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TI E PESQUISA DE MERCADO

- 3.1 Contratação de empresa(s) especializada em fornecimento de produtos de processamento de dados. Abaixo encontra-se a tabela de itens, bem como o preço estimado para contratação.

LOTE 01						
ITEM	DENOMINAÇÃO	CATMAT	QTDE	UNIDADE DE FORNECIMENTO	VALOR UNITÁRIO REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL REFERÊNCIA (R\$)
1	TONER IMPRESSORA HP CP 1215, 1515 (CB540A- PRETO)	362123	5	UNIDADE	42,35	211,75
2	TONER IMPRESSORA HP CP 1215, 1515 (CB543A - MAGENTA)	362126	5	UNIDADE	46,83	234,15
3	TONER IMPRESSORA HP CP1215, 1515 (CB541A - CIANO)	362124	5	UNIDADE	42,35	211,75
4	TONER IMPRESSORA HP CP1215, 1515 (CB542A - AMARELO)	362125	5	UNIDADE	42,86	214,30



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

TOTAL LOTE 01	875,95
---------------	--------

LOTE 02						
ITEM	DENOMINAÇÃO	CATMAT	QTDE.	UNIDADE DE FORNECIMENTO	VALOR UNITÁRIO REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL REFERÊNCIA (R\$)
5	RECIPIENTE DE RESIDUOS IMPRESSORA SAMSUNG CLP680ND	429297	15	UNIDADE	225,67	3.385,05
6	TONER P/IMP. SAMSUNG CLP-680ND – AMARELO	427220	44	UNIDADE	277,99	12.231,56
7	TONER P/IMP. SAMSUNG CLP-680ND – CIANO	427221	44	UNIDADE	307,38	13.524,72
8	TONER P/IMP. SAMSUNG CLP-680ND – MAGENTA – CATMAT: 427220	427220	44	UNIDADE	242,23	10.658,12
9	TONER P/IMP. SAMSUNG CLP-680ND – PRETO	435888	56	UNIDADE	288,86	16.176,16
TOTAL LOTE 02						55.975,61

ITENS AVULSOS						
ITEM	DENOMINAÇÃO	CATMAT	QTDE.	UNIDADE DE FORNECIMENTO	VALOR UNITÁRIO REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL REFERÊNCIA (R\$)
10	ADAPTADOR DISPLAYPORT	435888	31	UNIDADE	40,86	1.266,66
11	APRESENTADOR MULTIMIDIA	345107	36	UNIDADE	101,61	3.657,96
12	CABO AUDIO E VIDEO HDMI	352973	97	UNIDADE	7,76	752,72
13	CABO AUDIO E VIDEO RCA, 2M	366428	50	UNIDADE	13,20	660,00
14	CABO DE FORÇA	357490	85	UNIDADE	7,93	674,05
15	CABO PATCH CORD 2,5 M CAT 6	456493	100	UNIDADE	23,31	2.331,00
16	CABO PATCH CORD CAT 6 - 10 M	367308	50	UNIDADE	55,38	2.769,00
17	CABO PATCH CORD CAT 6 - 3M	383991	100	UNIDADE	14,99	1.499,00
18	CABO PATCH CORD CAT 6 - 5M	367307	50	UNIDADE	53,68	2.684,00
19	CABO PATCH CORD CAT 6 - 1,5 M	367305	200	UNIDADE	11,90	2.380,00
20	CABO SATA	150779	3	UNIDADE	5,90	17,70
21	CABO USB	394904	62	UNIDADE	17,90	1.109,80
22	CABO VGA	410339	30	UNIDADE	45,28	1.358,40
23	CARREGADOR - FONTE DE ALIMENTAÇÃO PARA NOTEBOOK	341013	20	UNIDADE	189,43	3.788,60
24	CARTÃO DE MEMÓRIA 16 GB	385478	70	UNIDADE	83,15	5.820,50
25	CARTÃO DE MEMÓRIA 8 GB	245417	66	UNIDADE	40,96	2.703,36
26	CONECTOR RJ 45 CAT 6	312165	200	UNIDADE	0,68	136,00
27	FONE DE OUVIDO PROFISSIONAL	321984	55	UNIDADE	284,49	15.646,95
28	FONE DE OUVIDO HEAD SET	318266	86	UNIDADE	123,63	10.632,18
29	MOUSE ÓPTICO	229441	389	UNIDADE	40,77	15.859,53
30	PEN DRIVE 16 GB	367205	223	UNIDADE	41,93	9.350,39
31	PEN DRIVE 32 GB USB 3.0	355671	80	UNIDADE	62,03	4.962,40
32	PEN DRIVE 64 GB	375052	86	UNIDADE	102,96	8.854,56
33	PEN DRIVE 8 GB	368134	1.858	UNIDADE	29,18	54.216,44
34	TECLADO PARA COMPUTADOR 107 TECLAS	451817	393	UNIDADE	104,04	40.887,72
35	TECLADO AMPLIADO	150980	17	UNIDADE	310,49	5.278,33
36	DISCO RÍGIDO REMOVÍVEL	442122	4	UNIDADE	456,96	1.827,84
37	TONER HP LASERJET M1120 / P1505	432569	35	UNIDADE	255,50	8.942,50
38	TONER P/ IMPRESSORA HP M1005/1010/1015/1018/1020/1022/3015/3020/3050	362123	2	UNIDADE	454,03	908,06
39	TONER P/ IMPRESSORA LASER MONO - HP P1606DN	417999	15	UNIDADE	321,45	4.821,75
40	TONER PARA IMPRESSORA HP LASER P1102W - M1132	392016	10	UNIDADE	364,33	3.643,30
41	TONER IMPRESSORA SAMSUNG SCX-4833FD (MLT-D205L)	401616	23	UNIDADE	444,92	10.233,16
42	TONER P/ IMP. SAMSUNG ML 3470/3471ND	364976	10	UNIDADE	286,88	2.868,80
43	TONER P/ IMP. SAMSUNG SCX-4729FD (MLT-D103L)	419420	13	UNIDADE	321,56	4.180,28
44	TONER P/ IMPR. SAMSUNG SCX-3405FW (MLT-D101S)	408600	4	UNIDADE	389,55	1.558,20
45	TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG LASERJET CLX-3185N	401930	4	UNIDADE	225,96	903,84



46	TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG LASERJET CLX-3185N	401817	4	UNIDADE	257,66	1.030,64
47	TONER P/IMP. SAMSUNG SL-M2875FD (MLT-D116L)	428512	359	UNIDADE	200,40	71.943,60
48	TONER P/IMP. SAMSUNG SL-M4020ND (MLT-D203U)	426542	4	UNIDADE	374,75	1.499,00
49	UNIDADE DE IMAGEM SAMSUNG MLT-R116	428512	158	UNIDADE	378,30	59.771,40
50	TONER IMPRESSORA LEXMARK (E330, E332, E340, E342, E342N)	338218	5	UNIDADE	212,60	1.063,00
51	TONER P/IMP. XEROX PHASER 3250DN PRETO	384364	5	UNIDADE	278,30	1.391,50
52	RIBBON DE RESINA PARA IMPRESSORA	150541	10	UNIDADE	159,60	1.596,00
TOTAL GERAL						434.327,68

3.2 A Especificação técnica de cada item encontra-se descrita no Anexo II.

3.3 Havendo divergência entre as descrições do CATMAT e este Termo, prevalecerão as últimas;

3.4 Justificava da divisão em lotes

3.4.1 Em virtude de acudir o maior número de interessados em participar da licitação sem prejudicar o ganho da aquisição em escala optou-se pela divisão deste certame em Lotes e Itens avulsos, respeitando a ampla competição e conforme previsto no art. 23 §§ 1o e 2o da Lei no 8666/93, Súmula no 247 do TCU e Acórdãos do TCU no 786/2006 e 116/2006:

3.4.2 O certame está organizado em lotes e itens avulsos e levou em conta a diferenciação das características técnicas dos bens a serem adquiridos.

3.4.3 Os lotes referem-se a suprimentos de informática destinados a impressoras coloridas de um mesmo modelo, ou seja, possuam mesma natureza e guardam relação entre si para a produção do resultado esperado (no caso concreto, impressão colorida).

3.5 Requisitos gerais

3.5.1 A licitante deverá apresentar junto com a sua proposta comercial Catálogos, folhetos técnicos e/ou página na web para todos os itens ofertados.

3.5.1.1 A ausência de alguma especificação no referido catálogo e/ou folheto não ensejará a desclassificação imediata da empresa. Nesse caso serão efetuadas diligências para sanear a pendência;

3.5.1.2 Na hipótese de os folhetos e/ou catálogos não apresentarem explicitamente as informações comprobatórias de algum dos itens de especificação, a licitante deverá indicar essa condição em sua proposta, responsabilizando-se pela informação fornecida e/ou apresentando outra fonte que possa esclarecer eventuais dúvidas;

3.5.1.3 As informações apresentadas em páginas da WEB impressas, serão consideradas apenas se puderem ser igualmente obtidas na internet, disponíveis em veiculação pública, preferivelmente no website do próprio fabricante ou distribuidor;

3.5.1.4 Os catálogos, folhetos ou manuais técnicos deverão ser entregues no original ou em cópia perfeitamente legível, incluindo-se as figuras, para que possam ser comprovadas claramente as informações contidas na proposta.

3.6 Os preços apresentados deverão ser expressos em Reais, com duas casas decimais e contemplar todos os custos inerentes a contratação e ainda aqueles decorrentes de fretes, seguros, embalagens, fiscais, trabalhistas e demais encargos contribuições, impostos e taxas estabelecidos na forma da Lei.

3.7 Requisitos ambientais

3.7.1 A licitante juntamente com sua proposta comercial deverá apresentar declaração de que o produto ofertado atende os seguintes critérios:

3.7.1.1 Os produtos devem ser acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizar materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima



proteção durante o transporte e o armazenamento;

- 3.7.1.2 não contém substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- 3.7.1.3 são constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2;
- 3.7.1.4 desde sua concepção até a fase final de produção e reciclagem dos produtos, observam os requisitos ambientais, fazendo com que sejam devidamente reconhecidos e certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO - como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

3.8 Requisitos específicos para os itens dos lotes 01 e 02 e itens avulsos de 37 a 51

- 3.8.1 As licitantes que ofertarem proposta para toners compatíveis de marcas diferentes do fabricante da impressora, **deverão encaminhar via módulo de convocação de anexos**, imediatamente após o término da sessão de lances, isto é, na fase de aceitação de propostas, **Laudo Técnico** atestando o atendimento às seguintes normas:
 - 3.8.1.1 a) ABNT NBR ISO/IEC 19752:2006 - determinação do rendimento de cartuchos de toner para impressoras eletrofotográficas monocromáticas e para dispositivos multifuncionais que contenham componentes de impressora;
 - 3.8.1.2 b) ABNT NBR ISO/IEC 24711:2007 - determinação do rendimento de cartuchos de tinta para impressoras coloridas a jato de tinta e para dispositivos multifuncionais que contenham componentes de impressora;
 - 3.8.1.3 c) ABNT NBR ISO/IEC 24712:2007 - páginas de teste de cor para a medição do rendimento de equipamento de escritório;
 - 3.8.1.4 d) ABNT NBR ISO/IEC 19798:2008 - determinação do rendimento de cartuchos de toner para impressoras coloridas e para dispositivos multifuncionais que contenham componentes de impressora.
- 3.8.2 O ensaio de equivalência deve conter informações tais como os métodos e equipamentos utilizados para os testes, demonstrativo de resultado, comprovando a equivalência do produto "compatível" ofertado com aquele cartucho genuíno (da mesma marca do equipamento, utilizado como referência no edital), para todos os itens ofertados. O laudo deve estar válido, ou seja, emitido há no máximo 12 meses, devendo posteriormente ser anexado à Proposta Comercial.
- 3.8.3 O laudo referido no subitem anterior deverá ser direcionado ao produto ofertado e ter sido emitido há no máximo **12 (doze) meses** da data da realização do certame, devendo ainda conter o **selo do Inmetro**. As empresas que não atenderem tal exigência terão sua proposta desclassificada para o lote. Tal exigência visa preservar e resguardar o parque de impressão da Unifesspa.
- 3.8.4 A "**Entidade Especializada**", deverá possuir "**ACREDITAÇÃO**" do INMETRO para realização de ensaios em suprimentos de impressão, devendo possuir em seu escopo de acreditação menção às referidas normas, o que será posteriormente confirmado no site oficial do INMETRO.
- 3.8.5 Os itens devem ser 100% (cem por cento) novos em todos os seus componentes, não sendo aceita, em hipótese alguma, produtos e manufaturados, reciclados, recarregados e recondicionados, inclusive a carcaça plástica, sob pena de afastamento do certame (TCU, Decisão 1622/2002 - Plenário). Cartuchos com indícios de falsificação serão encaminhados ao fabricante para exame. Caso seja constatada a fraude, serão tomadas as medidas legais cabíveis.
- 3.8.6 Em atendimento à Lei nº 12.305/2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no que tange à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto e considerando sua natureza reciclável e destinação ambientalmente adequada, bem como a



determinação contida no Art. 33, inciso VI, a Unifesspa adotará o procedimento de logística reversa, para itens relativos a toners e cartuchos:

- 3.8.7 Poderá ser realizado diretamente pelo fabricante do produto, no caso de a adjudicatária fornecer cartuchos de toners/suprimentos originais das marcas SAMSUNG, HP, LEXMARK, BROTHER, XEROX, EPSON, devendo a contratada apresentar juntamente com a proposta comercial declaração do fabricante de adoção do processo de logística reversa;
- 3.8.8 Poderá ser realizado diretamente pela CONTRATADA dos cartuchos de toner/suprimentos, para os casos de fornecimento de produtos compatíveis/similares. Nesses casos, a licitante deverá emitir declaração na qual se compromete a adotar procedimento de logística reversa com a Unifesspa, bem como fazer constar que os cartuchos de toner/suprimentos recolhidos serão descartados de acordo com as práticas e as políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei, sem qualquer ônus para a Unifesspa. A referida declaração será exigida quando da aceitabilidade da proposta.
- 3.8.9 Os itens deverão ser coletados, gratuitamente, em até 20 (vinte) dias úteis, a contar da solicitação de recolhimento expedida pela Divisão de Almoxarifado e patrimônio – as sucatas dos cartuchos de toner/suprimentos com vistas à reciclagem e/ou destruição, em consonância com os critérios de sustentabilidade previstos em lei. Este recolhimento será solicitado para, no mínimo 10 cartuchos e poderá ocorrer em até 12 meses após o recebimento definitivo dos respectivos produtos.

4 PROPOSTA DE PREÇOS E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 4.1 Serão aplicadas as regras de preferência previstas no art. 5º do Decreto nº 7.174/2010, para aquisição de bens e serviços de informática e automação, com a classificação das licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, conforme o critério de julgamento, para a comprovação e o exercício do direito de preferência.
- 4.2 Será assegurada preferência na contratação, nos termos do disposto no art. 8º do Decreto n.º 7.174/2010, para fornecedores, observada a seguinte ordem:
 - 4.2.1 Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB);
 - 4.2.2 Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e
 - 4.2.3 Bens e serviços produzidos de acordo com o PPB.
- 4.2.4 As microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto nos incisos do subitem 4.2 terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas no mesmo inciso.
- 4.3 No caso de empate de preços entre licitantes que se encontrem na mesma ordem de classificação proceder-se-á ao sorteio para escolha do que primeiro poderá ofertar nova proposta.
- 4.4 Caso nenhuma empresa classificada venha a exercer o direito de preferência, observar-se-ão as regras usuais de classificação e julgamento previstas na Lei nº 8.666/1993, e na Lei nº 10.520/2002.
- 4.5 Logo após a aplicação dos critérios de preferência pelo sistema, a licitante deverá apresentar os documentos que comprovem a(s) condição(ões) declarada(s):
 - 4.5.1 Para bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País, a licitante deverá apresentar a Portaria emitida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia que comprova sua condição.
 - 4.5.2 Para bens e serviços produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico, a licitante deverá apresentar documento expedido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pela SUFRAMA, conforme Parágrafo Único do Art. 7º do Decreto n.º 7.174/2010.
- 4.6 A não comprovação do efetivo direito aos benefícios declarados acarretará a desclassificação da proposta da licitante naquele item.



- 4.7 Todos os componentes dos produtos necessários ao perfeito uso dos mesmos, deverão estar discriminados na proposta comercial.
- 4.8 Entende-se como perfeito funcionamento dos materiais: compatibilidade do objeto com todas as descrições deste documento e seus anexos, bem como o atendimento a exigências da legislação vigente.
- 4.9 As propostas deverão conter toda documentação necessária para subsidiar o julgamento técnico dos itens ofertados, incluindo informações técnicas dos materiais que serão utilizados e outros documentos que a LICITANTE julgar necessários. No caso de entender tais documentos como insuficientes para a análise, poderá a Unifesspa, a seu critério, solicitar complementação a ser apresentada em até 48 horas.
- 4.10 Poderão, ainda, os LICITANTES apresentar quaisquer considerações e informações importantes que julgarem necessárias e relevantes.
- 4.11 A proposta de preço ajustada ao valor do lance das LICITANTES deverá seguir a forma definida no Termo de Referência, devendo conter os seguintes termos:
- 4.11.1 Apresentação dos demonstrativos de Preço Total e de Preços Unitários,
- 4.11.2 Somente serão aceitas propostas das quantidades totais para cada lote ofertado.
- 4.11.3 Deverá ser anexada descrição do(s) produto(s) e que será(ão) fornecido(s), em conformidade com a especificação e unidade de fornecimento dos itens constantes neste termo e Anexo II – Especificações Técnicas indicando expressamente marca/fabricante e modelo do(s) equipamento (s);
- 4.11.4 Apresentar documentação referente à Qualificação Técnica;
- 4.11.5 Apresentar para todos os itens, Declaração de que os equipamentos ofertados são novos, sem uso anterior.
- 4.11.6 Declarar expressamente que concorda com todos os termos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo as obrigações da contratante, de entrega, e demonstrar estar ciente das sanções administrativas em decorrência de aplicação de Nível de Serviço Mínimo ou por descumprimento das demais cláusulas deste Termo.

4.12 Qualificação técnica

- 4.13 A LICITANTE deverá apresentar com relação à qualificação técnica:
- 4.13.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente fornece/forneceu bens compatíveis com o objeto da licitação emitidos em papel timbrado, com assinatura, identificação e telefone do emitente
- 4.13.2 Declaração de que a LICITANTE não oferta produtos com materiais perigosos.

4.14 Adjudicação

- 4.14.1 O julgamento das propostas de preços será pelo critério do MENOR PREÇO POR LOTE;
- 4.14.2 Não há óbice quanto à adjudicação de mais de um item para a mesma licitante;

5 VALOR DA AQUISIÇÃO E FONTE DE RECURSOS

- 5.1 A pesquisa de preço foi realizada com base na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 27 DE JUNHO DE 2014, utilizando como parâmetro prioritariamente preços encontrados em pesquisa ao painel de preços e/ou contratações similares de entes públicos e subsidiariamente em pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, quando não obtido três valores exequíveis utilizando-se do primeiro parâmetro.
- 5.2 Os documentos comprobatórios da pesquisa encontram-se anexos a este documento, e são parte integrante do mesmo.
- 5.3 O Valor Médio Estimado da Contratação é de **R\$ 434.327,68** (quatrocentos e trinta e quatro,



trezentos e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos).

- 5.4 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2018, a cargo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, cujos programas de trabalho e elemento de despesas Específicas constarão na respectiva Nota de Empenho.

6 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 6.1 Nos termos do Decreto nº 5.450/2005 e do Decreto nº 7174/2010, considera-se bem ou serviço comum aquele cujo padrão de desempenho e qualidade possa ser objetivamente definido no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.
- 6.2 A presente contratação enquadra-se como bem comum cujos critérios de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência.

7 DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9 DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 9.1 A Unifesspa compromete-se a:
- 9.1.1 Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato ou instrumento equivalente para acompanhar e fiscalizar a execução, conforme o disposto no art. 30 desta Instrução Normativa 04 de 11 de setembro de 2014 da SLTI/MP;
- 9.1.2 Encaminhar formalmente a demanda, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência, observando-se o disposto no arts. 19 e 33 da Instrução Normativa 04 de 11 de setembro de 2014 da SLTI/MP;
- 9.1.3 Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas, observando o disposto no art. 21 da Instrução Normativa 04 de 11 de setembro de 2014 da SLTI/MP;
- 9.1.4 Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 9.1.5 Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos na Ata de Registro de Preços;
- 9.1.6 Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos;
- 9.1.7 Realizar, no momento da licitação e sempre que possível, diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;
- 9.1.8 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos técnicos da empresa fornecedora às dependências da Unifesspa relacionadas à execução do contrato, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações;
- 9.1.9 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa fornecedora, de acordo com os termos de sua proposta;



- 9.1.10 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da licitante vencedora;
- 9.1.11 Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços objeto desta licitação, de forma a garantir que continuem a ser os mais vantajosos;

10 DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 10.1 Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato ou instrumento equivalente;
- 10.2 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal da Unifesspa, inerentes à execução do objeto contratual;
- 10.3 Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela contratante;
- 10.4 Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 10.5 Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados;
- 10.6** Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, nem subcontratar qualquer dos serviços a que está obrigada sem prévio assentimento por escrito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.
- 10.7 Fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, no prazo fixado neste documento, após aprovação pela Administração do Contratante, que a si reserva o direito de rejeitá-lo, caso não satisfaça aos padrões especificados.
- 10.8 Incluir todas as despesas de frete/embalagem no preço proposto, que em hipótese alguma poderão ser destacadas quando da emissão da nota fiscal /fatura.
- 10.9 Entregar os equipamentos dentro das especificações contidas neste Edital e seus Anexos, em perfeitas condições de utilização, no Almoxarifado Central da Unifesspa, sem que isso implique em acréscimo no preço da proposta, devendo o mesmo ser conferido pelo setor competente, que atestará a regularidade da entrega.
- 10.10 A CONTRATADA obriga-se, independente de ser ou não o fabricante do equipamento, a substituir toda unidade que apresentar imperfeições, quaisquer irregularidades ou divergências com as especificações constantes do Anexo II do Edital, ainda que constatados depois do recebimento e/ou pagamento, enquanto perdurar sua garantia desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído – por ação ou omissão – a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.
- 10.11 Comunicar a Contratante, por escrito, quaisquer anormalidades, que ponham em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução dos serviços, propondo as ações corretivas necessárias.
- 10.12 Manter durante toda a execução da Ata, todas as condições estabelecidas no EDITAL e em seus ANEXOS, comprovando, sempre que solicitado pela Unifesspa, a sua regularidade perante a Secretaria da Receita Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a Seguridade Social (CND-INSS), bem como em relação às demais exigências contratuais.
- 10.13 Manter, durante a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação, obrigando-se ainda, a comunicar a Universidade Federal do Sul e Sudeste Pará, toda e qualquer alteração dos dados cadastrais, para atualização.
- 10.14 Cumprir as condições de garantia do objeto contratual de acordo com o Termo de referência e



seus anexos.

- 10.15 Prestar, de imediato, as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelos agentes designados pela Unifesspa.
- 10.16 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado da Ata.

11 MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO

11.1 DA ENTREGA DOS MATERIAIS

- 11.1.1 Os materiais deverão ser entregues na Divisão de Almoxarifado e Patrimônio da Unifesspa, localizado na Avenida dos Ipês, s/n - Cidade Universitária, Loteamento - Cidade Jardim, Marabá - PA, 68515-000, de segunda a sexta, no horário de 08:00 as 12:00, e de 14:00 as 16:00 horas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias conforme estabelecido no edital, a partir da data e hora da emissão da Autorização de Fornecimento dos materiais, sem que isso implique em acréscimo no preço da proposta, devendo o mesmo ser conferido pelo setor competente, que atestará a regularidade da entrega;
- 11.1.2 Os produtos deverão ser entregues com etiqueta de identificação do item do Termo de Referência a que se referem em suas embalagens originais.
- 11.1.3 O transporte do material deverá ser feito conforme as exigências para os produtos, devidamente protegidos quanto a pó e variações de temperatura.
- 11.1.4 A CONTRATADA deverá providenciar pessoal para embarque e desembarque dos materiais no momento da entrega sem custo adicional para a contratante;
- 11.1.5 As despesas de frete/embalagem deverão estar inclusas no preço proposto, e em hipótese alguma poderão ser destacadas quando da emissão da Nota fiscal/fatura. O objeto dessa contratação será recebido:
- 11.1.5.1 **Provisoriamente**, imediatamente após efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações nos termos do Edital e seus Anexos, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura e documentos que comprovem que o(s) materiais (s) atende(m) às especificações mínimas exigidas pela Contratada.
- 11.1.5.2 **Definitivamente**, em 8 (oito) dias úteis após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, feita a análise da conformidade com vistas às especificações contidas nos Anexos I e II do Edital em referência.
- 11.1.6 Se houver recusa do material, no todo ou em parte, a CONTRATADA deverá proceder à substituição, sem qualquer ônus para a contratante e dentro de prazo máximo de 5 (cinco) dias, ou demonstrar a improcedência da recusa, no prazo máximo de 8 (oito) dias de sua ocorrência.
- 11.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da entrega do bem, nem ético-profissional pela perfeita entrega do objeto pactuado, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

11.2 MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

- 11.2.1 Autorização de Fornecimento de bens;
- 11.2.2 Termos de Recebimento;
- 11.2.3 Ofícios;
- 11.2.4 Relatórios e Atas de Reunião;
- 11.2.5 Demais Termos previstos no instrumento convocatório.

11.3 DO PAGAMENTO

- 11.3.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da



data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

- 11.3.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3.3 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 11.3.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.3.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.3.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 11.3.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.3.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.3.9 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 11.3.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 11.3.11 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 11.3.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 11.3.12.1A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 11.3.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



$$I = (TX) \frac{(6 \div 100)}{365}$$
$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1 METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE.

12.1.1 Inspeções de Recebimento

- 12.1.1.1 Para recebimento de um lote de equipamentos, a CONTRATANTE poderá proceder à inspeção geral seguindo os critérios das NBR 5426/1985 e 5427/1985;
- 12.1.1.2 A aceitação do lote não exime o fabricante da responsabilidade de fornecer o material de acordo com os requisitos deste TR;
- 12.1.1.3 Não invalida qualquer reclamação posterior a respeito da qualidade do material e/ou da fabricação. Em caso de qualquer discrepância em relação às exigências deste TR, o lote pode ser rejeitado e sua reposição será realizada pela CONTRATADA;
- 12.1.1.4 Para avaliação da qualidade, após o recebimento provisório, o Fiscal Técnico da CONTRATANTE emitirá, por lote examinado, um relatório completo dos testes efetuados, devidamente assinado. As não conformidades e desvios de qualidade detectados durante a avaliação deverão ser comprovados e anexados ao relatório;
- 12.1.1.5 Todas as unidades de produto rejeitadas pertencentes a um lote aceito devem ser substituídas por unidades novas e perfeitas, por conta do fornecedor, sem ônus para a CONTRATANTE, e dentro do prazo da Ordem de Fornecimento de Bens;
- 12.1.1.6 A rejeição do lote, em virtude de falhas constatadas nas inspeções, não dispensa o fornecedor de cumprir as datas de entrega compromissadas. Se a rejeição tornar impraticável a entrega do material nas datas previstas, ou se ficar evidente que a CONTRATADA não será capaz de satisfazer as exigências estabelecidas neste edital, a CONTRATANTE se reserva ao direito de rescindir todas as obrigações e de obter o material de outro fornecedor;
- 12.1.1.7 Os produtos entregues serão homologados pelos Fiscais da CONTRATANTE no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento dos produtos que deverá vir acompanhado da Nota Fiscal ou Nota de Romaneio.
- 12.1.1.8 A recusa parcial ou total dos itens entregues será oficiada a empresa, que deverá prontamente substituir os equipamentos relacionados;
- 12.1.1.9 A Aceitação dar-se-á após a assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

12.1.2 Fiscalização

- 12.1.2.1 A fiscalização será realizada em conformidade com a Lei 8.666/93 e Instrução Normativa nº 04 de 2014 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- A CONTRATANTE designará servidores para acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste Termo de Referência, que registrará, em relatório, todas as ocorrências relacionadas com sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
- 12.1.2.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor serão solicitadas à autoridade competente da CONTRATANTE, para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no Art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.40;
- 12.1.2.3 Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão



respondidos no prazo máximo 1 (um) dia útil a partir da abertura do chamado.

12.2 SANÇÕES APLICÁVEIS

12.2.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração automaticamente:

12.2.1.1 Por decurso de prazo de vigência.

12.2.1.2 Quando não restarem fornecedores registrados.

12.2.1.3 Pela Unifesspa, quando caracterizado o interesse público.

12.2.2 O licitante que causar o retardamento do andamento do certame, não mantiver a proposta, desistir do lance ofertado, fraudar de qualquer forma o procedimento desta Licitação; ou o vencedor que, convocado dentro do prazo de validade da proposta, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, não assinar a Ata ou instrumento equivalente, não mantiver a proposta, falhar ou frustrar a execução da Ata o instrumento equivalente, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às seguintes penalidades, segundo a extensão da falta cometida, com observância do direito à prévia defesa:

Ocorrência	Penalidades que poderão ser aplicadas
Não retirar a nota de empenho.	1. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 2 (dois) anos. 2. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
Entregar o objeto fora do prazo estabelecido.	3. Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não fornecido, limitada a 20 (vinte) dias após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
Não efetuar a troca do objeto, quando notificado.	4. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 1 (um) ano. 5. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
Substituir o objeto fora do prazo estabelecido.	6. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não substituído, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
Deixar de entregar documentação exigida neste Termo.	7. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 1 (um) ano. 8. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho/valor total estimado para o item ou lote.
Não mantiver a proposta ou desistir do lance.	9. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 1 (um) ano. 10. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
Comportar-se de modo inidôneo.	11. Impedimento de licitar com Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 2 (dois) anos. 12. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
Fizer declaração falsa.	13. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 2 (dois) anos. 14. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
Apresentar documentação falsa	15. Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos. 16. Multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato/nota de empenho. 17. Comunicar ao Ministério Público Federal.
Cometer fraude fiscal.	18. Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos. 19. Multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato/nota de



	empenho. 20. Comunicar ao Ministério Público Federal.
12.2.3	Na hipótese de a multa atingir o percentual de 10 % (dez por cento) sobre o valor da Ata, a Unifesspa poderá proceder a rescisão unilateral da Ata, hipótese em que a empresa fornecedora também se sujeitará às sanções administrativas previstas neste Edital.
12.2.4	As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela Unifesspa ou cobradas diretamente da empresa penalizada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas.
12.2.5	Na ocorrência de falha maior poderá também ser aplicada a penalidade de Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
12.2.6	A defesa a que alude o caput deste item deverá ser exercida pelo interessado no respectivo processo no prazo de 5(cinco) dias úteis a contar da sua notificação, podendo ocorrer a juntada de documentos e serem arroladas até 03 (três) testemunhas.
12.2.7	Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da Unifesspa que deverá examinar a legalidade da conduta da empresa.
12.2.8	Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Unifesspa, conforme procedimento esboçado no subitem anterior, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas no subitem 11.2.
12.2.9	As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e no caso de impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, na Ata e nas demais cominações legais.

Equipe de Planejamento da Contratação		
Integrante Técnico	Integrante Requisitante	Integrante Administrativo

Roberto Figueredo Rodrigues
Matrícula SIAPE: 3031208

Raimundo Nonato dos S. Silva
SIAPE: 1642755

Thaynara C. de F. Marques
Matrícula: 2135159

_____, _____ de _____ de 20____

O presente planejamento está de acordo com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do órgão, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área responsável priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que recomendamos a aquisição proposta.

_____, _____ de _____ de 20____
Diretor do Ctic

_____, _____ de _____ de 20____

Aprovo o presente Termo de Referência

Pró-Reitor de Administração

_____, _____ de _____ de 20____



ANEXO II
PROCESSO 23479.00262/2019-71
ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

LOTE 01 TONER IMPRESSORA HP CP 1215, 1515

- 1. ITEM 01: TONER IMPRESSORA HP CP 1215, 1515 (CB540A- PRETO) – CATMAT: 362123**
 - a. Tipo: Cartucho de Toner Original ou compatível;
 - b. Cor: Preto
 - c. Compatibilidade: HP LaserJet: CP1215, CM1312 MFP, CP1515n, CP1518n
 - d. Rendimento: 1400 páginas padrão
 - e. Modelo de Referência: CB540A
 - f. Garantia: 3 meses
- 2. ITEM 02: TONER IMPRESSORA HP CP 1215, 1515 (CB543A - MAGENTA) – CATMAT: 362126**
 - a. Tipo: Cartucho de Toner Original ou compatível;
 - b. Cor: Magenta
 - c. Compatibilidade: - HP LaserJet: CP1215, CM1312 MFP, CP1515n, CP1518n
 - d. Rendimento: 1400 páginas padrão
 - e. Modelo de Referência: CB543A
 - f. Garantia: 3 meses
- 3. ITEM 03: TONER IMPRESSORA HP CP1215, 1515 (CB541A - CIANO) – CATMAT: 362124**
 - a. Tipo: Cartucho de Toner Original ou compatível;
 - b. Cor: Ciano;
 - c. Compatibilidade: - HP LaserJet: CP1215, CM1312 mfp, CP1515n, CP1518n;
 - d. Rendimento: 1400 páginas padrão;
 - e. Modelo de Referência: CB541A;
 - f. Garantia: 3 meses.
- 4. ITEM 04: TONER IMPRESSORA HP CP1215, 1515 (CB542A - AMARELO) – CATMAT: 362125**
 - a. Tipo: Cartucho de Toner Original ou compatível;
 - b. Cor: Amarelo;
 - c. Compatibilidade: - HP LaserJet: CP1215, CM1312 mfp, CP1515n, CP1518n;
 - d. Rendimento: 1400 páginas padrão;
 - e. Modelo de Referência: CB542A;
 - f. Garantia: 3 meses

LOTE 02 – TONERS E SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORA SAMSUNG CLP680ND

- 5. ITEM 5: RECIPIENTE DE RESÍDUOS IMPRESSORA SAMSUNG CLP680ND – CATMAT: 429297**
 - a. Recipiente de Resíduo original ou compatível para Impressora Samsung CLP680ND;
 - b. Rendimento médio: (Monocromática) 14000 páginas (Colorida) 3500 páginas;
 - c. Referência: CLT-W506.
- 6. ITEM 6: TONER P/IMP. SAMSUNG CLP-680ND – AMARELO – CATMAT: 427219**
 - a. Tipo: Cartuchos toner original ou compatível;
 - b. Cor: amarelo
 - c. Rendimento: 3500 páginas padrão;
 - d. Compatibilidade: CLP-680ND, CLX-6260FR
 - e. Modelo de Referência: Y506L
 - f. Garantia: 3 meses.
- 7. ITEM 7: TONER P/IMP. SAMSUNG CLP-680ND – CIANO – CATMAT: 427221**
 - a. Tipo: Cartuchos toner original ou compatível;
 - b. Cor: ciano;
 - c. Rendimento: 3500 páginas padrão;
 - d. Compatibilidade: CLP-680ND, CLX-6260FR
 - e. Modelo de Referência: C506L
 - f. Garantia: 3 meses.
- 8. ITEM 08: TONER P/IMP. SAMSUNG CLP-680ND – MAGENTA – CATMAT: 427220**
 - a. Tipo: Cartuchos toner original ou compatível;
 - b. Cor: magenta
 - c. Rendimento: 3500 páginas padrão;



- d. Compatibilidade: CLP-680ND, CLX-6260FR
- e. Modelo de Referência: M506L
- f. Garantia: 3 meses.

9. ITEM 09: TONER P/IMP. SAMSUNG CLP-680ND – PRETO – CATMAT: 427218

- a. Tipo: Cartuchos toner original ou compatível;
- b. Cor: preto;
- c. Rendimento: 6000 páginas padrão;
- d. Compatibilidade: CLP-680ND, CLX-6260FR;
- e. Modelo de Referência: K506L
- f. Garantia: 3 meses.

ITENS AVULSOS

10. ITEM 10: ADAPTADOR DISPLAYPORT – CATMAT: 435888

- a. Adaptador Displayport para HDMI;
- b. Transmissão de até 8.64 gigabits;
- c. Resoluções de até 2560×1600;
- d. Compatível com todos os equipamentos com saída DisplayPort;
- e. Conexões:
- f. 1x Displayport Macho;
- g. 1x HDMI Fêmea;
- h. Garantia: 12 meses

11. ITEM 11: APRESENTADOR MULTIMIDIA – CATMAT: 345107

- a. Frequência: 2.4 GHz
- b. Distância mínima: 15m de alcance
- c. Indicador de nível de bateria
- d. Fonte de Alimentação: Pilhas ou bateria –
- e. Compatibilidade: WINDOWS / XP/ 7/ 8/10
- f. Conectores: Conector USB e sem fio
- g. Garantia: 12 meses

12. ITEM 12: CABO AUDIO E VIDEO HDMI – CATMAT: 352973

- a. Comprimento: 1.8m;
- b. Cor: Preta;
- c. Tipo: HDMI x HDMI
- d. Garantia: 12 meses

13. ITEM 13: CABO AUDIO E VIDEO RCA, 2M – CATMAT: 366428

- a. Aplicação cd/mesa de som;
- b. Comprimento: 2 m;
- c. Conectores blindados: P2/2 – 2 RCA;
- d. Garantia: 12 meses.

14. ITEM 14: CABO DE FORÇA – CATMAT: 357490

- a. Material de revestimento: PVC
- b. Certificação: INMETRO;
- c. Comprimento do Cabo: 1,5 metros;
- d. Voltagem Máxima Suportada: 250V AC
- e. Corrente Máxima Suportada: 10A
- f. Cor: Preta;
- g. Conectores: Ponta A: plugue trifásico macho, Ponta B: plugue trifásico fêmea;
- h. Novo padrão
- i. Garantia: 12 meses.

15. ITEM 15: CABO PATCH CORD 2,5 M CAT 6 – CATMAT: 456493

- a. Padrão: ROHS Compliant;
- b. Gravação: Gravação do comprimento na capa;
- c. Rastreamento: Etiqueta com número de série em uma das extremidades;
- d. Comprimento: 2,5 metros;
- e. Diâmetro Nominal: 5,5mm;
- f. Tipo de Conector: RJ-45 em ambas as pontas;
- g. Tipo de cabo: U/UTP Cat.6;



- h. Tipo de condutor: Cobre eletrolítico, flexível, nú, formado por 7 filamentos de diâmetro nominal de 0,20mm, isolamento em poliolefina e capa externa em PVC, não propagante a chama;
- i. Classe de Flamabilidade: CM, CMR, LSZH-1 ou LSZH;
- j. Quantidade de Pares: 4 pares, 24AWG
- k. Material de contato elétrico: 8 vias em bronze fosforoso com 50µin (1,27µm) de ouro e 100µin (2,54µm) de níquel;
- l. Padrão de Montagem: T568A;
- m. Normas Aplicáveis e Certificações: Norma EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos ANSI/TIA/EIA-569 ISO/IEC 11801 FCC part 68 ANSI/TIA/EIA 606B;
- n. Certificação: ETL 4 conexões 3073041-003 ETL 6 conexões 100667694CRT-001c ANATEL para classe de flamabilidade; CM e CMR: 1276-07-0256 (cabo U/UTP Cat.6 flexível), 1278-07-0256 (cabo de manobra) ISO9001/ISO14001 416253 ETL LISTED ETL Verified 3126372CRT-002c ANATEL para classe de flamabilidade LSZH: 2520-09-0256 (cabo U/UTP Cat.6 flexível);
- o. Marca de referência: Furukawa ou superior;
- p. Garantia: 12 meses

16. ITEM 16: CABO PATCH CORD CAT 6 - 10 M – CATMAT: 367308

- a. Padrão: ROHS Compliant;
- b. Gravação: Gravação do comprimento na capa;
- c. Rastreamento: Etiqueta com número de série em uma das extremidades;
- d. Comprimento: 10 metros;
- e. Diâmetro Nominal: 5,5mm;
- f. Tipo de Conector: RJ-45 em ambas as pontas;
- g. Tipo de cabo: U/UTP Cat.6;
- h. Tipo de condutor: Cobre eletrolítico, flexível, nú, formado por 7 filamentos de diâmetro nominal de 0,20mm, isolamento em poliolefina e capa externa em PVC, não propagante a chama;
- i. Classe de Flamabilidade: CM, CMR, LSZH-1 ou LSZH;
- j. Quantidade de Pares: 4 pares, 24AWG
- k. Material de contato elétrico: 8 vias em bronze fosforoso com 50µin (1,27µm) de ouro e 100µin (2,54µm) de níquel;
- l. Padrão de Montagem: T568A;
- m. Normas Aplicáveis e Certificações: Norma EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos ANSI/TIA/EIA-569 ISO/IEC 11801 FCC part 68 ANSI/TIA/EIA 606B;
- n. Certificação: ETL 4 conexões 3073041-003 ETL 6 conexões 100667694CRT-001c ANATEL para classe de flamabilidade; CM e CMR: 1276-07-0256 (cabo U/UTP Cat.6 flexível), 1278-07-0256 (cabo de manobra) ISO9001/ISO14001 416253 ETL LISTED ETL Verified 3126372CRT-002c ANATEL para classe de flamabilidade LSZH: 2520-09-0256 (cabo U/UTP Cat.6 flexível);
- o. Marca de referência: Furukawa ou superior;
- p. Garantia: 12 meses

17. ITEM 17: CABO PATCH CORD CAT 6 - 3M – CATMAT: 383991

- a. Padrão: ROHS Compliant;
- b. Gravação: Gravação do comprimento na capa;
- c. Rastreamento: Etiqueta com número de série em uma das extremidades;
- d. Comprimento: 3 metros;
- e. Diâmetro Nominal: 5,5mm;
- f. Tipo de Conector: RJ-45 em ambas as pontas;
- g. Tipo de cabo: U/UTP Cat.6;
- h. Tipo de condutor: Cobre eletrolítico, flexível, nú, formado por 7 filamentos de diâmetro nominal de 0,20mm, isolamento em poliolefina e capa externa em PVC, não propagante a chama;
- i. Classe de Flamabilidade: CM, CMR, LSZH-1 ou LSZH;
- j. Quantidade de Pares: 4 pares, 24AWG
- k. Material de contato elétrico: 8 vias em bronze fosforoso com 50µin (1,27µm) de ouro e 100µin (2,54µm) de níquel;



- l. Padrão de Montagem: T568A;
- m. Normas Aplicáveis e Certificações: Norma EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos ANSI/TIA/EIA-569 ISO/IEC 11801 FCC part 68 ANSI/TIA/EIA 606B;
- n. Certificação: ETL 4 conexões 3073041-003 ETL 6 conexões 100667694CRT-001c ANATEL para classe de flamabilidade; CM e CMR: 1276-07-0256 (cabo U/UTP Cat.6 flexível), 1278-07-0256 (cabo de manobra) ISO9001/ISO14001 416253 ETL LISTED ETL Verified 3126372CRT-002c ANATEL para classe de flamabilidade LSZH: 2520-09-0256 (cabo U/UTP Cat.6 flexível);
- o. Marca de referência: Furukawa ou superior;
- p. Garantia: 12 meses

18. ITEM 18: CABO PATCH CORD CAT 6 - 5M – CATMAT: 367307

- a. Padrão: ROHS Compliant;
- b. Gravação: Gravação do comprimento na capa;
- c. Rastreamento: Etiqueta com número de série em uma das extremidades;
- d. Comprimento: 5 metros;
- e. Diâmetro Nominal: 5,5mm;
- f. Tipo de Conector: RJ-45 em ambas as pontas;
- g. Tipo de cabo: U/UTP Cat.6;
- h. Tipo de condutor: Cobre eletrolítico, flexível, nú, formado por 7 filamentos de diâmetro nominal de 0,20mm, isolamento em poliolefina e capa externa em PVC, não propagante a chama;
- i. Classe de Flamabilidade: CM, CMR, LSZH-1 ou LSZH;
- j. Quantidade de Pares: 4 pares, 24AWG
- k. Material de contato elétrico: 8 vias em bronze fosforoso com 50µin (1,27µm) de ouro e 100µin (2,54µm) de níquel;
- l. Padrão de Montagem: T568A;
- m. Normas Aplicáveis e Certificações: Norma EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos ANSI/TIA/EIA-569 ISO/IEC 11801 FCC part 68 ANSI/TIA/EIA 606B;
- n. Certificação: ETL 4 conexões 3073041-003 ETL 6 conexões 100667694CRT-001c ANATEL para classe de flamabilidade; CM e CMR: 1276-07-0256 (cabo U/UTP Cat.6 flexível), 1278-07-0256 (cabo de manobra) ISO9001/ISO14001 416253 ETL LISTED ETL Verified 3126372CRT-002c ANATEL para classe de flamabilidade LSZH: 2520-09-0256 (cabo U/UTP Cat.6 flexível);
- o. Marca de referência: Furukawa ou superior;
- p. Garantia: 12 meses

19. ITEM 19: CABO PATCH CORD CAT 6 - 1,5 M – CATMAT: 367305

- a. Padrão: ROHS Compliant;
- b. Gravação: Gravação do comprimento na capa;
- c. Rastreamento: Etiqueta com número de série em uma das extremidades;
- d. Comprimento: 1,5 metros;
- e. Diâmetro Nominal: 5,5mm;
- f. Tipo de Conector: RJ-45 em ambas as pontas;
- g. Tipo de cabo: U/UTP Cat.6;
- h. Tipo de condutor: Cobre eletrolítico, flexível, nú, formado por 7 filamentos de diâmetro nominal de 0,20mm, isolamento em poliolefina e capa externa em PVC, não propagante a chama;
- i. Classe de Flamabilidade: CM, CMR, LSZH-1 ou LSZH;
- j. Quantidade de Pares: 4 pares, 24AWG
- k. Material de contato elétrico: 8 vias em bronze fosforoso com 50µin (1,27µm) de ouro e 100µin (2,54µm) de níquel;
- l. Material do corpo do produto: Termoplástico transparente não propagante a chama UL 94V-0;
- m. Padrão de Montagem: T568A/B ou Cross-over;
- n. Temperatura de Armazenamento: -40°C a +70°C
- o. Temperatura de Operação -10°C a +60°C
- p. Quantidade de Ciclos: ≥ 750 RJ-45
- q. Resistência máxima do condutor: 93,8 Ω/km



- r. Capacitância Mutua 1kHz Máximo 56 pF/m
- s. Impedância Característica: 100±15%Ω
- t. Prova de Tensão Elétrica entre Condutores: 2500 VDC/3s
- u. Velocidade de Propagação Nominal: 66 % Diferença no atraso de propagação entre os pares 45 ns/100m;
- v. Normas Aplicáveis e Certificações: Norma EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos ANSI/TIA/EIA-569 ISO/IEC 11801 FCC part 68 ANSI/TIA/EIA 606B;
- w. Certificação: ETL 4 conexões 3073041-003 ETL 6 conexões 100667694CRT-001c ANATEL para classe de flamabilidade; CM e CMR: 1276-07-0256 (cabo U/UTP Cat.6 flexível), 1278-07-0256 (cabo de manobra) ISO9001/ISO14001 416253 ETL LISTED ETL Verified 3126372CRT-002c ANATEL para classe de flamabilidade LSZH: 2520-09-0256 (cabo U/UTP Cat.6 flexível),
- x. Garantia: 12 meses

20. ITEM 20: CABO SATA 150779

- a. CABO SATA, NOME CABO SATA
- b. Velocidade 6 GB/S
- c. Comprimento 15 cm
- d. USB 3.0.
- e. Garantia: 12 meses.

21. ITEM 21: CABO USB – CATMAT: 394904

- a. Conector: AM / Micro;
- b. Transferência de Dados: Até 480Mbps;
- c. Entrada: USB 2.0;
- d. Diâmetro: 4 mm;
- e. Comprimento: 2 metros;
- f. Cor: Preto;
- g. Informações Adicionais;
- h. Cabo USB 2.0 com conectores tipo A macho (AM) para micro USB Macho (Micro);
- i. Garantia: 3 meses.

22. ITEM 34: CABO VGA, 10M – CATMAT: 410339

- a. Suporta monitores VGA, SVGA, XGA, SXGA e UXGA;
- b. Conector VGA macho x VGA macho de 15 pinos;
- c. Filtro de ferrite nas extremidades;
- d. Blindagem de alta densidade;
- e. Compatível: desktops, notebooks, projetores, monitores LCD e outros; aparelhos com conexão VGA;
- f. Garantia: 3 meses de garantia.

23. ITEM 35: CARREGADOR - FONTE DE ALIMENTAÇÃO PARA NOTEBOOK – CATMAT: 341013

- a. Adaptador de CA HP SMART de 65 Watts;
- b. Cabo tripolar novo padrão ABNT;
- c. Fonte original para Probook hp 4430s;
- d. Voltagem- 19,5v;
- e. Corrente; 3,33 a;
- f. Potência 65w;
- g. Garantia: 12 meses.

24. ITEM 36: CARTÃO DE MEMÓRIA 16 GB– CATMAT: 385478

- a. Cartão de Memória
- b. Fator de forma: SDHC;
- c. Capacidade: 16 GB;
- d. Velocidade de leitura: até 80 MB/s
- e. Velocidade de vídeo: Classe 10
- f. Não serão aceitos cartões micro sd com adaptadores
- g. Garantia: 1 ano.

25. ITEM 37: CARTÃO DE MEMORIA 8GB – CATMAT: 366539

- a. Cartão de Memória
- b. Fator de forma: SDHC;
- c. Capacidade memória 8 GB;



- d. Velocidade de leitura: até 40 MB/s
- e. Velocidade de vídeo: Classe 10
- f. Não serão aceitos cartões micro sd com adaptadores
- g. Garantia: 12 meses

26. ITEM 26: CONECTOR RJ 45 CAT 6 – CATMAT: 312165

- a. Padrão RoHS Compliant
- b. Compatibilidade: Cabos sólidos
- c. Identificação: Logotipo do fabricante no corpo do produto
- d. Rastreamento: Embalagem com código do produto, data de fabricação e contato do fabricante Características Construtivas:
- e. Cor Transparente Tipo de Conector RJ-45 Tipo de cabo U/UTP
- f. Diâmetro do Condutor 26 a 22 AWG
- g. Material de contato elétrico: 8 vias em bronze fosforoso com 50µin (1,27µm) de ouro e 100µin (2,54µm) de níquel
- h. Material do corpo do produto Termoplástico não propagante a chama UL 94V-0
- i. Normas Aplicáveis e Certificações Norma EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos ISO/IEC 11801 NBR 14565 FCC 68.5 Certificação UL E173971 ISO9001/ISO14001 416253 ETL LISTED
- j. Garantia: 12 meses

27. ITEM 27: FONE DE OUVIDO PROFISSIONAL – CATMAT: 321984

- a. Fone ouvido;
- b. Potência 400 w;
- c. Impedância 32 ohms;
- d. Frequência 20 hz a 20 khz;
- e. Comprimento fio 1,20m;
- f. Tipo fone headphone;
- g. Haste ajustável;
- h. Cápsula 30mm;
- i. Plug 3,5mm conjunto;
- j. Sensibilidade 100 db;
- k. Garantia: 12 meses.

28. ITEM 28: FONE DE OUVIDO HEAD SET – CATMAT: 318266

- a. Fone com microfone;
- b. Controle de volume;
- c. Haste ajustável;
- d. Conexão P2 3.5 mm;
- e. Impedância Máxima: 32 Ohm;
- f. Frequência de resposta: 20 Hz - 20000 Hz;
- g. Potência: 100 W
- h. Sensibilidade mínima: 100 db;
- i. COMPRIMENTO DO CABO: 1.5 m

29. ITEM 29: MOUSE ÓPTICO – CATMAT: 229441

- a. Mouse Óptico com fio, com interface USB 2.0;
- b. Aplicação: notebooks e PCs;
- c. Função Plug & Play;
- d. Cor: preto;
- e. Interface: USB;
- f. Senso ótico resolução: 1000 DPI;
- g. Alimentação: 5 VDC (via porta USB);
- h. Comprimento do cabo USB: 1,3 m;
- i. Garantia: 12 meses.

30. ITEM 30: PEN DRIVE 16 GB – CATMAT: 367205

- a. Memória portátil microcomputador;
- b. Capacidade memória 16 GB;
- c. Interface USB 2.0;
- d. Aplicação armazenamento de arquivos;
- e. Velocidade mínima de gravação 25 MB/s;



- f. Velocidade mínima de leitura 30 MB/s;
- g. Garantia 12 meses.

31. ITEM 31: PEN DRIVE 32 GB USB 3.0 – CATMAT: 355671

- a. Memória portátil microcomputador;
- b. Capacidade memória 32 GB;
- c. Interface de conexão USB 3.0 type A com retrocompatibilidade com usb 2.0;
- d. Aplicação armazenamento de dados;
- e. Velocidade mínima de gravação 15 Mb/s;
- f. Velocidade mínima de leitura 20 MB/s;
- g. Resistente água e impactos;
- h. Compatibilidade sistemas Windows XP, Windows 7, Windows 8 e superiores; Linux kernel 2.6.x e superiores ; e Mac OS X v.10.9.x e superiores;
- i. Tipo pen drive
- j. Garantia: 12 meses.

32. ITEM 32: PENDRIVE 64 GB – CATMAT: 375052

- a. Memória portátil microcomputador;
- b. Capacidade memória 64 GB;
- c. Interface USB 2.0 ou superior;
- d. Aplicação armazenamento de dados;
- e. Velocidade mínima de gravação 15 Mb/s;
- f. Velocidade mínima de leitura 20 MB/s;
- g. Resistente água e impactos;
- h. Cabo extensor USB 2.0;
- i. Compatibilidade sistemas Windows XP, Windows 7, Windows 8 e superiores; Linux kernel 2.6.x e superiores ; e Mac OS X v.10.9.x e superiores;
- j. Tipo pen drive
- k. Garantia: 12 meses.

33. ITEM 33: PENDRIVE 8 GB – CATMAT: 368134

- a. Memória portátil microcomputador;
- b. Capacidade memória 8 GB;
- c. Interface USB 2.0 ou superior;
- d. Aplicação armazenamento de dados;
- e. Velocidade mínima de gravação 25 Mb/s;
- f. Velocidade mínima de leitura 30 MB/s;
- g. Resistente água e impactos;
- h. Cabo extensor USB 2.0;
- i. Compatibilidade sistemas Windows XP, Windows 7, Windows 8 e superiores; Linux kernel 2.6.x e superiores ; e Mac OS X v.10.9.x e superiores;
- j. Tipo pen drive
- k. Garantia: 12 meses.

34. ITEM 34: TECLADO PARA COMPUTADOR 107 TECLAS – CATMAT: 451817

- a. Teclado microcomputador;
- b. Quantidade de teclas 107;
- c. Cor preta, tipo USB;
- d. Componentes teclas extras para mediacenter, internet;
- e. Normas técnicas ABNT2.
- f. Garantia: 12 meses

35. ITEM 35: TECLADO AMPLIADO 150980

- a. Teclado, nome teclado. facilita a visualização, a leitura e o aprendizado em Braille, assim como a percepção.
- b. Teclado de contraste para baixa visão.
- c. Possui letras ampliadas em cada tecla.
- d. Teclado com 107 teclas,
- e. Opção de volume-play e pause,
- f. Controle multimídia para dvd/vcd/mp3/audio e players diretamente
- g. Teclas de atalho para internet.



- h. Conector: usb. cor: preto/branco.
- i. Garantia: 12 meses.

36. ITEM 36: - DISCO RÍGIDO REMOVÍVEL - 442122

- a. HD Externo portátil 2,5" (2,5 polegadas) com as seguintes configurações ou superior:
- b. Capacidade: 2,0 Terabyte;
- c. Conexão: USB Padrão 3.0 (compatível com USB Padrão 2.0) com taxa de transferência de até 5Gb/s usando USB Padrão 3.0 (de até 480Mb/s usando USB Padrão 2.0);
- d. Sistema de Arquivos: Pré-formatado para NTFS, compatível com Windows 7, Windows 8 e Windows 10, Mac OS® X Leopard®, Snow Leopard® ou LionT, Linux e FreeBSD;
- e. Alimentação: Alimentação de energia feita diretamente pela porta USB sem necessidade de fonte de alimentação externa;
- f. Velocidade de Rotação do HD: 5400RPM ou superior;
- g. Acompanhando: Cabo USB e manuais;
- h. Garantia: Mínimo de 01 ano.

37. ITEM 37: TONER HP LASERJET M1120 / P1505 – CATMAT: 432569

- a. Tipo: Cartucho de Toner Original ou compatível
- b. Cor: Preto
- c. Rendimento: 2.000 páginas padrão;
- d. Compatibilidade: - HP LaserJet: M1120 mfp, M1522 mfp, P1505;
- e. Modelo de Referência: CB436A;
- f. Garantia: 3 meses.

38. ITEM 38: TONER P/ IMPRESSORA HP M1005/1010/1015/1018/1020/1022/3015/3020/3050 – CATMAT: 332797

- a. Tipo: Cartucho de Toner Original ou compatível;
- b. Cor: Preto;
- c. Compatibilidade: - HP LaserJet: 1010, 1012, 1015, 1018, 1020, 1020 Plus, 1022, 3015, 3020, 3030, 3050, 3050Z, 3052, 3055, M1005 mfp, M1319f mfp;
- d. Modelo de Referência: Q2612A;
- e. Rendimento: 2000 páginas padrão;
- f. Garantia: 3 meses.

39. ITEM 39: TONER P/ IMPRESSORA LASER MONO - HP P1606DN – CATMAT: 417999

- a. Tipo: Cartucho de Toner Original ou compatível;
- b. Cor: Preto;
- c. Compatibilidade: Impressoras HP LaserJet Pro P1566 e P1606;
- d. Rendimento: 2.100 páginas padrão;
- e. Modelo de Referência: CE278AB;
- f. Garantia: 3 meses.

40. ITEM 40: TONER PARA IMPRESSORA HP LASER P1102W - M1132 – CATMAT: 392016

- a. Cartucho Toner Impressora HP;
- b. Compatibilidade: HP P-1102, P-1102W, M-1210, M-1212, M-1130, M-1132, M-1217, M-1217FW;
- c. Rendimento: 1.600 páginas padrão
- d. Tipo Cartucho Original ou compatível;
- e. Cor preta;
- f. Modelo de Referência: CARTUCHO CE285A;
- g. Garantia: 3 meses.

41. ITEM 41: TONER IMPRESSORA SAMSUNG SCX-4833FD (MLT-D205L) – CATMAT: 401616

- a. Tipo: Cartuchos toner original ou compatível;
- b. Referência MLT-D205L;
- c. Cor preta;
- d. Compatibilidade: ML-3310ND, ML-3710ND, SCX-4833FD, SCX-5637FR;
- e. Rendimento: 5.000 páginas padrão.
- f. Garantia: 3 meses

42. ITEM 42: TONER P/ IMP. SAMSUNG ML 3470/3471ND – CATMAT: 364976



- a. Tipo: Cartuchos toner original ou compatível;
- b. Referência cartucho ML-D3470B,
- c. Cor tinta preta;
- d. Compatibilidade: ML-3471ND;
- e. Rendimento: 10000 páginas padrão.
- f. Garantia: 3 meses

43. ITEM 43: TONER P/ IMP. SAMSUNG SCX-4729FD (MLT-D103L) – CATMAT: 419420

- a. Tipo: Cartuchos toner original ou compatível;
- b. Referência cartucho MLT-D103L;
- c. Cor tinta preta;
- d. Compatibilidade: ML-2955ND, SCX-4729FD;
- e. Rendimento: 2500 páginas padrão.
- f. Garantia: 3 meses

44. ITEM 44: TONER P/ IMPR. SAMSUNG SCX-3405FW (MLT-D101S) – CATMAT: 432532

- a. Tipo: Cartuchos toner original ou compatível;
- b. Cor tinta preta;
- c. Referência cartucho MLT-D101S;
- d. Compatibilidade: ML-2165, 2165W, SCX-3405W, SCX-3405FW;
- e. Rendimento: 1500 Páginas padrão.
- f. Garantia: 3 meses

45. ITEM 45: TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG LASERJET CLX-3185N – MAGENTA – CATMAT:

- a. Tipo: Cartuchos toner original ou compatível;
- b. Cor: magenta;
- c. Rendimento: 1000 páginas padrão;
- d. Compatibilidade: CLP325, CLP325W, CLX3185N, CLX3185FW
- e. Modelo de Referência: CLT-M407
- f. Garantia: 3 meses.

46. ITEM 46: TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG LASERJET CLX-3185N – PRETO – CATMAT: 401817

- a. Tipo: Cartuchos toner original ou compatível;
- b. Cor: preto;
- c. Rendimento: 1500 páginas padrão;
- d. Compatibilidade: Impressora Laser Samsung CLP320, CLP-320w, CLP-325, CLP-325W, CLX-3180, CLX-3180N, CLX-3180FW, CLX-3185, CLX-3185N, CLX3185FW
- e. Modelo de Referência: CLT-K407
- f. Garantia: 3 meses.

47. ITEM 47: TONER P/IMP. SAMSUNG SL-M2875FD (MLT-D116L) – CATMAT: 428512

- a. Tipo: Cartuchos toner original ou compatível;
- b. Referência cartucho MLT-D116L;
- c. Cor tinta preta;
- d. Compatibilidade: Xpress SL-M2625/2626/2825/2826/2835, M2675/2676/2875/2876/2885;
- e. Rendimento: 3.000 páginas padrão.
- f. Garantia: 03 meses

48. ITEM 48: TONER P/IMP. SAMSUNG SL-M4020ND (MLT-D203U) – CATMAT: 426542

- a. Tipo: Cartuchos toner original ou compatível;
- b. Referência cartucho MLT-D203U;
- c. Cor tinta preta;
- d. Compatibilidade: Proxpress SL-M4020, M4070;
- e. Rendimento: 15.000 páginas padrão.
- f. Garantia: 03 meses

49. ITEM 49: UNIDADE DE IMAGEM SAMSUNG MLT-R116 - 433334

- a. Unidade imagem original ou compatível para impressora Samsung;
- b. Referência MLT-R116;
- c. Cor preta;
- d. Tipo de uso: impressora Samsung;



- e. Compatibilidade: Xpress SL-M2625 / 2626 / 2825 / 2826 / 2835 / 3015, M2675 / 2676 / 2875 / 2876 / 2885 / 3065;
- f. Rendimento: 9.000 páginas padrão.
- g. Garantia: 6 meses

50. ITEM 50: TONER IMPRESSORA LEXMARK (E330, E332, E340, E342, E342N) – CATMAT: 338218

- a. Cartucho toner impressora Lexmark;
- b. Referência impressora: e330, e332, e340, e342, e342n;
- c. Tipo cartucho original ou compatível;
- d. Cor tinta preta;
- e. Modelo de Referência: 34018HL;
- f. Rendimento: 6.000 páginas padrão.
- g. Garantia: 3 meses.

51. ITEM 51: TONER P/IMP. XEROX PHASER 3250DN PRETO – CATMAT: 382044

- a. Cartucho de Toner Xerox 106R01374 Preto;
- b. Compatibilidade: Xerox Phaser 3250, Xerox Phaser 3250D, Xerox Phaser 3250DN;
- c. Tipo cartucho original ou compatível;
- d. Cor: Preta;
- e. Rendimento: 5.000 páginas padrão;
- f. Garantia: 3 meses.

52. ITEM 52: RIBBON DE RESINA PARA IMPRESSORA 150541

- a. RIBBON PARA IMPRESSORA BERMATECH LB1000.
- b. Ribbon de resina 110mm x 300m, para impressora de etiquetas Bematech LB1000: ribbon;
- c. material 100% resina; com resistência a solventes e abrasão
- d. tamanho: 110mmx300m (rolo);
- e. cor preta;
- f. filme base em poliéster;
- g. resistência ao calor 170°C;
- h. velocidade de impressão: até 10 polegadas/segundo.;
- i. utilizado para etiquetas em poliéster.
- j. Rolo com 300 metros.
- k. Garantia: 3 meses.



ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2019
Pregão Eletrônico SRP nº 3/2019
Processo nº 23479.000262/2019-71

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESSPA**, Autarquia Especial de Ensino Superior, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, sediada Folha 31 Quadra 07 Lote Especial, Bairro Nova Marabá, CEP 68.507-590, Marabá-PA, inscrita no CGC/MF sob o nº 18.657.063.0001-80, doravante denominada de **UNIFESSPA**, neste ato representada pelo(a) Magnífico Reitor, Prof. **Dr. MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO**, designado Decreto Presidencial, de 15 de setembro de 2016, publicado no DOU, na pg. 1, Seção nº 2, em 16 de setembro de 2016, portador do CPF nº.185 819 432 - 68, e CI nº. 1523205., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2019, processo administrativo nº 23479.000262/2019-71, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.



- 4.1.1. *A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão*
- 4.2. *Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.*
- 4.3. *As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a... (máximo cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.*
- 4.4. *As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao (máximo dobro).... do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.*
- 4.4.1. *Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).*
- 4.5. *Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.*
- 4.6. *Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.*
- 4.6.1. *Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.*

5. VALIDADE DA ATA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).



6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital e Anexo I (Termo de Referência).

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS



8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.*

8.3.1. *contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou*

8.3.2. *contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances*

8.4. *A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ANEXO IV
AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

Marabá, __ de __ de 20__.

Processo nº 23479.000262/2019-71

Ref: Pregão Nº 03/2019

Assunto: Aquisição de _____

À firma: _____

Prezado (a) Senhor (a),

Em decorrência do processo Licitatório nº. 3/2019_ Modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preço em Ata, para Fornecimento de _____, tipo Menor Preço, no qual essa empresa foi adjudicada como vencedora, remetemos, em anexo, a(s) Nota(s) de Empenho nº. _____, e, na forma do art. 62, da Lei n. 8.666/93, que faculta a substituição do Contrato por outro instrumento hábil, estamos encaminhando o presente documento, relativo à aquisição em epígrafe.

Consoante Edital Convocatório, e detalhado na proposta de V.Sa., a entrega do(s) material(ais) deverá ser efetuada no prazo de até **30 (TRINTA) dias**, a partir da data do recebimento desta e da Nota de Empenho.

Cumpre-nos informar que antes da efetivação do pagamento e, na forma prevista na legislação e no Edital convocatório, o aludido pagamento só será efetuado mediante atestado comprobatório da entrega do(s) material(s), bem como, consulta "on line", da situação cadastral dessa Empresa, ficando o referido pagamento suspenso, no caso de haver alguma pendência no SICAF.

Para controle de V.Sa., informamos ainda que, pela legislação vigente, caso ocorra atraso na entrega de qualquer dos itens de fornecimento, a licitante vencedora estará sujeita, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ao pagamento de multa de mora de 0,5% (meio por cento) ao dia, por atraso injustificado na execução do conteúdo da Autorização de Fornecimento, calculada sobre o valor do material não fornecido, até o limite de 20 (vinte) dias, a ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação oficial.

Na hipótese da multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, a UNIFESSPA poderá proceder a rescisão unilateral deste instrumento, hipótese em que o FORNECEDOR também se sujeitará às sanções administrativas previstas no Edital e no Estatuto das Licitações.

Informamos ainda a V.Sa., que a inobservância aos prazos e obrigações estipulados no Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2018 implicará as penalidades previstas no art. 28 do decreto nº 5450/2005 e art. 87, e seus parágrafos, da Lei n. 8.666/93.

Finalmente, informamos que a contratação deverá ser cumprida em estrita observância à Lei n. 8.666/93 e suas alterações, devendo V.Sa. a por o **"De acordo"**, na cópia deste expediente, o qual deverá ser devolvido a esta Universidade, para ulteriores providências, por meio de fone/fax no **(94) 2101-7100 e 2101-7122** ou ainda por e-mail no endereço luneres@unifesspa.edu.br

Atenciosamente,

Ordenador de Despesa

De acordo

Em:/...../.....

Representante legal da Empresa



ANEXO V
MODELO SUGERIDO DE PROPOSTA COMERCIAL
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 03/2019
Tipo: REGISTRO DE PREÇOS TIPO MENOR PREÇO POR GRUPO
Data: XX/XX/2019
Horário: xx:xx (horário de Brasília)

_____(Nome da Licitante)_____, CNPJ nº _____, sediada _____, por intermédio de seu representante legal, Sr (a) _____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, para os fins de participação no Pregão Eletrônico nº 3/2019 de materiais de consumo geral, pelo Sistema de Registro de Preços em Ata para o período de 12 meses, apresenta a seguinte proposta de preços:

ITEM	OBJETO	Especificação	UND	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
X		----	----	R\$	R\$
Valor Total (quando for o caso) R\$ _____						

O prazo de validade da proposta de preços de preços é de no mínimo **60 (sessenta) dias**, contados da data da abertura da licitação.

O prazo de entrega será conforme discriminado no Termo de Referência.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, frete, tributos, taxa de administração, despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como leis sociais, leis trabalhistas, seguros, taxas e contribuições, transporte, alimentação, e demais despesas obrigatórias, transporte e seguro até o destino, lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste certame, nada mais sendo válido pleitear a esse título.

Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a presente proposta observará os seguintes critérios elencados na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a entregá-lo no prazo determinado no documento de convocação, assim, depois de cumpridas nossas obrigações, e para fins de posterior pagamento, fornecemos os seguintes dados:

1) Dados da Empresa:

- a) Razão Social;
- b) CNPJ/MF;
- c) Endereço;
- d) Cidade/UF;
- e) CEP;
- f) Tel./Fax;
- g) E-mail;
- h) Banco/Agência;
- i) Conta.

2) Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura da Ata:

- a) Nome;
- b) Endereço;
- c) CEP;
- d) Cidade/UF;
- e) CPF/MF;
- f) RG/Órgão Expedidor;
- g) Telefone
- h) E-mail.

Local,de.....de 2019
Assinatura do representante da empresa
[Razão social da empresa - CNPJ]
Representante legal: [nome completo]
RG: [número e órgão emissor] /
CPF: [número]